

GDF quer zerar déficit de

Jornal de Brasília

Cz\$ 3,7 bi este ano

Carlos Menandro

Ângela Tejo

Ao adotar severas medidas de controle para zerar, até o final do ano, o déficit orçamentário do setor público, hoje calculado em Cz\$ 3,7 bilhões, a Secretaria Extraordinária de Assuntos Econômicos e Reforma Administrativa deu o primeiro passo para a implantação da reforma administrativa do Governo do Distrito Federal. Conforme explicou o secretário Arlécio Gazal, as providências vão reduzir o déficit do GDF em Cz\$ 1,7 bilhão, sendo que os Cz\$ 2 bilhões restantes serão saldados através da captação de recursos externos junto às instituições financeiras internacionais.

A aplicação dos cinco gatilhos salariais foi o principal fator que pressionou este déficit, uma vez que gerou um aumento da despesa em Cz\$ 2,9 bilhões, o subsídio ao trigo foi responsável por uma parcela de Cz\$ 800 milhões no total dos débitos, e os setores onde há mais gastos são as secretarias de Viação e Obras e a de Serviços Públicos.

Medidas

A principal estratégia a ser adotada para conter os gastos públicos será o ressarcimento ao GDF dos seus mil servidores que estão à disposição de outros órgãos públicos, mas que continuam recebendo através da folha de pagamento do GDF, representando uma despesa da ordem de Cz\$ 8 milhões ao ano.

Outra providência será a não concessão de recursos para aquisição de materiais permanentes. O Governo irá, a partir de agora, fazer o remanejamento dos materiais usados disponíveis, hoje estimados em mais de 500 unidades, entre mesas, máquinas de escrever, cadeiras etc.

Será baixado, ainda, na próxima semana, decreto estabelecendo critérios rigorosos para utilização de veículos oficiais. A frota de carros do GDF também será reduzida: dos 700 carros disponíveis, 500 serão colocados à venda e os recursos arrecadados incorporados à receita do Governo. A ideia é de que apenas 200 veículos permaneçam em operação. Também serão adotados critérios para a convocação de horas extras, e as viagens a serviço serão restringidas a casos de extrema necessidade.

O secretário de Assuntos Econômicos, Arlécio Gazal, assegurou que não haverá necessidade de demissões de servidores. No entanto, até que o déficit seja controlado, será proibida a admissão para o quadro do GDF. «O que se pretende é fazer o remanejamento dos funcionários para os órgãos da administração direta, que atualmente estão carentes de pessoal», disse. Ele acrescentou que, desde a posse do governador José Aparecido, a administração direta já reduziu o seu quadro em cerca de mil funcionários.